

Segundo grau deixa 85,21%

ncia

terça-feira, 24/7/90 □ 1º caderno □ 7

dos jovens fora da escola

Leticia Lins

RECIFE — A crise no ensino de segundo grau é muito grave. Um levantamento em nove estados brasileiros mostra que 85,21% dos jovens na faixa etária de 15 a 19 anos — a idade em que deveriam estar fazendo o segundo grau — estão fora da escola, seja porque nunca ingressaram nela, seja porque saíram antes de concluir o curso. Em alguns estados do Nordeste a situação assume proporções ainda mais dramáticas. No Maranhão, por exemplo, 91% dos adolescentes estão fora das salas de aula; no Rio Grande do Norte, 89,7% estão na mesma situação.

O problema também é comum a estados ricos e industrializados, como Paraná e São Paulo. No primeiro, o déficit de atendimento no segundo grau chega a 86%; no segundo, 63,5%, o menor índice dos nove estados pesquisados. No geral, o sistema de segundo grau instalado no país — e aí estão computadas as escolas públicas e particulares — atende a apenas 14,79% da população, sendo que mais da metade não conclui o curso.

Radiografia — Essas informações constam de uma pesquisa — *O Ensino de Segundo Grau no Brasil — Caracterização e Perspectiva* — que está em fase de conclusão e que traça uma radiografia da situação nacional do ensino do segundo grau, no mais abrangente estudo já feito no país sobre o assunto e o primeiro desde a década de 60. Foram feitos levantamentos nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, por equipes de universidades locais, como as federais de Pernambuco, Pará e Minas Gerais e a PUC de São Paulo. Encomendada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), do Ministério da Educação, e custeada pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), a pesquisa será publicada em livro até o final do ano.

Suas conclusões são desoladoras. Mostra, por exemplo, que a Lei 5692, de 1971, que vigorou por mais de 10 anos, deixou um saldo trágico. A lei, que instituía a profissionalização do ensino de segundo grau, terminou por impedir as escolas de formarem integralmente os seus alunos: "Eles nem receberam educação suficiente, nem resultaram em bons técnicos", diagnosticam as professoras Ednar Cavalcanti e Mabel Albuquerque, ambas da Universidade Federal de Pernambuco, que, ao darem início à pesquisa em seu estado, estimularam o Inep a estender o levantamento aos demais estados.

"A exigência de formação profissional terminou por roubar o tempo que seria dedicado à aprendizagem de conhecimentos gerais. Resultado: os alunos ficaram prejudicados no que já tinham pouco e terminaram sem uma coisa nem outra", constata Mabel. Com o advento da Lei 7.044/82, que extinguiu a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, a situação não melhorou. "O sistema permanece sem oferecer vagas

suficientes nem condições de permanência e a qualidade do ensino continua precária. A tão falada democratização do ensino, portanto, não se efetivou", diz ela.

Os números pinçados ao longo de milhares de páginas de relatórios de educadores dos nove estados mostram que as duas professoras têm razão. Situação sintomática é a do Maranhão, onde apenas 8,09% dos adolescentes de 15 a 19 anos estão cursando o segundo grau. E entre as 1.363 salas de aula destinadas ao segundo grau no estado, apenas 40 estão nas áreas rurais, para atender a 132 cidades. Dos professores, apenas 41% têm formação para o magistério.

No Pará, a situação também não é diferente. A taxa de escolarização do segundo grau no período de 1970 a 1984 não ultrapassou 9,5% da população adolescente. Em algumas regiões, como a de Bragança, que tem 13 municípios, mais da metade das cidades não tem escolas de segundo grau.

Os índices de reprovação são altos e os professores os atribuem à "falta de base no primeiro grau". E 61,54% dos professores consultados acham que os altos percentuais de evasão se devem "à entrada precoce dos adolescentes no mercado de trabalho".

Em Minas Gerais, a taxa de atendimento escolar no segundo grau subiu de 10,4% em 1971 para 19,2% em 1980, mas isso significa que 80,8% dos adolescentes continuam fora da sala de aula. O crescimento da rede particular dobrou no mesmo período (de 6% para 12,2%), enquanto o da rede oficial evoluiu de 4,4% para 7%. Vale dizer: a população mais pobre continua sem acesso a esse nível de ensino.

Elitização — "A rede particular detém hoje 63,6% do total de vagas no estado e a oferta da rede oficial é de 36,4%, situando-se abaixo do percentual de 10 anos antes", diz o relatório referente a Minas Gerais, constatando que o ensino de segundo grau naquele estado está cada vez mais elitizado.

Goiás mostra uma realidade mais animadora: nos últimos 13 anos, o crescimento no número de vagas oferecidas foi três vezes maior do que o crescimento da população. Mas ainda assim, 89,4% dos adolescentes continuam excluídos da escola de segundo grau.

No Paraná, as taxas de atendimento são de 14% e as de evasão continuam crescendo: de 21,6% (em 1978) para 30,2% (em 1982). O problema, no entanto, começa antes: "Dos alunos que ingressam na primeira série do primeiro grau, só 16% chegam à oitava; e dos que vão até o segundo grau, só 8% concluem o curso".

A situação do ensino do segundo grau é tão ruim no Brasil que desperta o interesse de órgãos internacionais, como o Banco Mundial. De acordo com um relatório divulgado em abril pelo Bird, o Brasil chegará ao ano 2015 com apenas 50% da população em idade escolar matriculada no segundo grau. Em outras palavras: a formação de mão-de-obra não ocorrerá em quantidade suficiente para as necessidades do país.